

PACTU

Nº 14 - Dezembro/97

Órgão Oficial dos Sindicatos dos
Bancários de Paranaíba, Assis
Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo,
Umuarama e Guarapuava



CNB - Sindicato Nacional
FETEC

Informativo Bancário



**Num ano difícil
para os
trabalhadores,
FHC emite um
pacote fiscal que
causa mais
desemprego,
e a situação
piora**

Páginas 4 e 5



Campanha Salarial 97:

Página 3

Teatro *Página 8*

**Unificação:
Nasce
um novo
Sindicato**

Página 6

**Cursos e
Festas**

Página 7



**Entidades defendem
o Banestado**

Página 6

**Será que FHC deixa
você se aposentar?**

Página 2

RÉ FOR MAS

Com problemas para manter a política econômica, Governo lança ofensiva no Congresso para tentar passar propostas impopulares

Reforma da Previdência - Se não bastasse a reforma fiscal, que vai gerar desemprego, FHC vai dificultar a aposentadoria dos trabalhadores com a reforma da previdência. O projeto aprovado no Senado voltará para a Câmara para ser debatido.

Entre as principais dificuldades estão as mudanças do tempo de serviço para tempo de contribuição, com limites de idades. Para os homens a idade mínima é 60 anos com 35 anos de contribuição. Para as mulheres é 55 anos e 30 de contribuição.

Outra dificuldade para os

trabalhadores é a extinção da aposentadoria proporcional (com 30 anos de trabalho, na lei atual, pode-se aposentar com 70% da média das últimas 36 contribuições).

A proposta estabelece uma regra de

transição para quem já tem tempo integralmente, conforme quer de contribuição. Para aposentadoria FHC.



FHC dificulta aposentadoria de trabalhadores

proporcional os homens terão que ter 53 anos de idade e as mulheres 48, mais um acréscimo de 40% no tempo de serviço (leia-se, contribuição). Na aposentadoria integral, a regra de transição só muda no acréscimo do tempo de serviço, que é de 20%.

Na tabela abaixo, confira quanto tempo você vai precisar para se aposentar proporcionalmente ou

APOSENTADORIA INTEGRAL								APOSENTADORIA PROPORCIONAL							
TEMPO DE SERVIÇO ATUAL, EM ANOS		TEMPO QUE FALTA, EM MESES				TEMPO QUE FALTA, EM ANOS (TRANSIÇÃO)		TEMPO DE SERVIÇO ATUAL, EM ANOS		TEMPO QUE FALTA, EM MESES				TEMPO QUE FALTA, EM ANOS (TRANSIÇÃO)	
H.	M.	H.	M.	H.	M.	H.	M.	H.	M.	H.	M.	H.	M.	H.	M.
5	5	360	300	432.0	360.0	36.0	30.0	5	5	300	240	420.0	336.0	35.0	28.0
10	10	300	240	360.0	288.0	30.0	24.0	10	10	240	180	336.0	252.0	28.0	21.0
15	15	240	180	288.0	216.0	24.0	18.0	11	11	228	168	319.2	235.2	26.6	19.6
17	17	216	156	259.2	187.2	21.6	15.6	12	12	216	156	302.4	218.4	25.2	18.2
18	18	204	144	244.6	172.8	20.4	14.4	13	13	204	144	285.6	201.6	23.8	16.8
19	19	192	132	230.4	158.4	19.2	13.2	14	14	192	132	268.8	184.8	22.4	15.4
20	20	180	120	216.0	144.0	18.0	12.0	15	15	180	120	252.0	168.0	21.0	14.0
21	21	168	108	201.6	129.6	16.8	10.8	16	16	168	108	235.2	151.2	19.6	12.6
22	22	156	96	187.2	115.2	15.6	9.6	17	17	156	96	218.4	134.4	18.2	11.2
23	23	144	84	172.8	100.8	14.4	8.4	18	18	144	84	201.6	117.6	16.8	9.8
24	24	132	72	158.4	86.4	13.2	7.2	19	19	132	72	184.8	100.8	15.4	8.4
25	25	120	60	144.0	72.0	12.0	6.0	20	20	120	60	168.0	84.0	14.0	7.0
26	26	108	48	129.6	57.6	10.8	4.8	21	21	108	48	151.2	67.2	12.6	5.6
27	27	96	36	115.2	43.2	9.6	3.6	22	22	96	36	134.4	50.4	11.2	4.2
28	28	84	24	100.8	28.8	8.4	2.4	23	23	84	24	117.6	33.6	9.8	2.8
29	29	72	12	86.4	14.4	7.2	1.2	24	24	72	12	100.8	16.8	8.4	1.4
30		60		72.0		6.0		25		60		84.0		7.0	
31		48		57.6		4.8		26		48		67.2		5.6	
32		36		43.2		3.6		27		36		50.4		4.2	
33		24		28.8		2.4		28		24		33.6		2.8	
34		12		14.4		1.2		29		12		16.8		1.4	

Reforma Administrativa - A quebra das bolsas foi o argumento utilizado pelo Governo para convencer parlamentares a quebrarem a estabilidade do servidor público. Botou a tropa do toma-lá-da-cá para trabalhar e aprovou a reforma administrativa em votação no último dia 26 de novembro.

Agora os servidores públicos podem ser demitidos. A CUT defende a moralização dos serviços públicos através de uma reforma na sua estrutura, com investimentos em informática, qualificação do servidor e de uma administração transparente com participação da

sociedade. A Central quer a manutenção da estabilidade, pois garante menos demissão política nas trocas de governos.

Com a nova lei, os administradores ficarão à vontade para demitir funcionários com posições políticas divergentes, o que vai prejudicar o andamento do serviço público.

Há estudos indicando que municípios e estados deverão reduzir drasticamente o número de servidores, sem critério objetivo, sucateando ainda mais a estrutura administrativa - inclusive de áreas como saúde e educação. "FHC dá uma grande

contribuição para aumentar ainda mais o desemprego no país", diz o deputado federal Padre Roque (PT-PR).

Órgão Oficial dos Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava

CONSELHO EDITORIAL:
 Antonio C. Solinski (Paranavai) - (044) 423-3402
 Aníbal Couto (A. Chateaubriand) - (044) 528-4421
 Francisco Silva (Campo Mourão) - (044) 823-3492
 Izabel C. Gragório (Toledo) - (045) 262-1851
 Wilson de Souza (Umuarama) - (044) 822-1979
 Elói Myszkis (Guarapuava) - (042) 723-1371

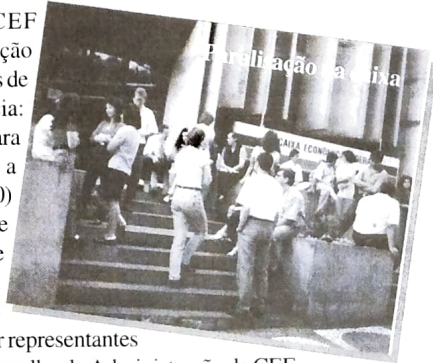
Programação Visual:
 Diagramação: Gráfica Prática
 (044) 622-5834
 Fôlitos e Impressão:
 Folha de Londrina
 Tiragem: 3 300 exemplares

NEGOCIAÇÕES DIFÍCEIS

Ano a ano, as campanhas salariais tornam-se mais difíceis. A diminuição do nível de emprego no Brasil faz com que os bancários e os trabalhadores em geral se retraiam com medo de fazer um enfrentamento maior - é o medo da demissão. Os trabalhadores do BB e da CEF já vão para 2 anos sem reajuste salarial. Os do Banestado, esse ano, estão tendo dificuldade para fechar acordo, pois, pela primeira vez em 69 anos, o governo do Estado, desfaz um acordo já aprovado em assembleias. Abaixo um resumo da campanha salarial banco a banco.

CAIXA ECONÔMICA

Os trabalhadores da CEF demonstraram à direção disposição para lutar por melhores condições de trabalho e vida. A consequência: fecharam um acordo razoável para o período de setembro de 96 a agosto de 98. Abono (R\$ 4.500,00) e correções em alguns auxílios (vale refeição e auxílio creche), além de 2 referências no salário (em média 3% de aumento), apesar do reajuste zero e perderem o diretor representantes dos funcionários (DIREP) no Conselho de Administração da CEF.



No momento, a Comissão de Empregados da CEF (CEE) trabalha em cima do Programa de Remuneração por Resultados, uma espécie de PLR que a Caixa está implementando sem a participação dos sindicatos. Para a CEE, a CEF está desrespeitando o acordo de trabalho, assinado recentemente, onde garante a criação de Grupos de Trabalho para discutir Remuneração Variável, e também a própria Constituição e Medida Provisória que regulamentam a participação das entidades sindicais.

BANCO DO BRASIL

Os bancários do BB estão sem reajuste há 2 anos. Perderam o plano de cargos e salários (PCS), os tiques alimentação são pagos em forma de adiantamento de salário, houve suspensão de garantias sociais e sindicais, como auxílio creche e liberação de dirigentes sindicais.

As reivindicações são 5% de reajustes nos salários e nos auxílios, manutenção do PCS, das cláusulas sociais e sindicais mais PLR. O BB oferece abono de R\$ 2.500,00 para cargos administrativos e técnico-científico, e

R\$ 1.300,00 para cargos de apoio. Ambos terão desconto de R\$ 500,00 já recebidos. Tiquete refeição de R\$ 8,00 e garantia de emprego até março de 98.

Essa proposta foi feita após a grande manifestação dos funcionários em Brasília, onde pararam a Direção Geral do BB. A comissão dos funcionários avalia que se o BB não melhorar a proposta, não há porque participar das próximas negociações, e o caminho é continuar a mobilização.

Funcionários do BB, reajuste zero e manifestação em Brasília

BANESTADO

Lerner dá prá trás

Apesar dos funcionários terem, por acordo, garantia de emprego até março de 99, a mobilização dos banestadenses é pequena. Mesmo assim os dirigentes sindicais tem enfrentado o Banco. No mês de novembro houve paralisações no interior e na capital, onde chegaram a parar por meio dia, o Centro Administrativo do Banestado em Curitiba.

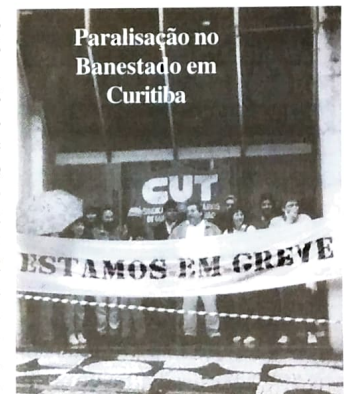


O Banco chegou a fazer uma proposta de tiquetes adicionais, no valor de R\$141,25 em novembro/97, abono de 40% do salário em janeiro/98 e 23% em março/98, mais reajuste de 5% no salário e benefícios em julho/98. Essa proposta foi aceita pelos funcionários, mas houve ingerência de Jaime Lerner, e o Conselho de Administração do Banestado vetou o acordo. As últimas

assembleias dos funcionários decidiram buscar abertura de canal de negociação com o Governo do Estado, exigir a renúncia da Diretoria e implementar uma jornada de lutas pela moralização do Banestado. Estão também, trabalhando por eleições diretas na FUNBEP (é o fundo de pensão dos funcionários), pois dois conselheiros indicados pela FUNBEP votaram contra os funcionários.

PACTU PARTICIPA DAS MOBILIZAÇÕES

Os Sindicatos do PACTU tiveram importante participação nas manifestações no Banestado. As paralisações da Ag. XV de Novembro, no dia 18/11, e do Centro Administrativo de Santa Cândida, no dia 19/11, contaram com a participação de 20 dirigentes sindicais do PACTU. A manifestação realizada no dia 28/11, mais uma vez em Santa Cândida, também contou com a participação de dirigentes do PACTU. Neste dia foi realizada a reunião do Conselho de Administração.



PRIVADOS

O acordo já é conhecido, reajuste de 5% nos salários e benefícios, mais abono de 80% e fixo de R\$ 300,00 como PLR. Houve também indenizações para demissões, baseada no tempo de serviço, que varia de mais 1 aviso prévio para quem tem até 5 anos a mais 3 avisos, para quem tem mais de 20 anos.

QUALIFICAÇÃO

Os bancos indenizarão os bancários demitidos na vigência do acordo em R\$ 400,00, para que possam fazer cursos de qualificação profissional. Para

executiva Nacional dos Bancários, a criação das nove mesas temáticas representam conquistas.

Nos próximos meses a Executiva e a CNB-Sindicato nacional estarão implementando os trabalhos das mesas temáticas: Acordo Extrajudicial, Funcionamento das Agências em Horários Especiais, Jornadas Especiais, Custo de Agências Pioneiras, Compensação de Horas Extras, Sétima e Oitava Horas, Auxílio Educacional, Gratificação Semestral e Estratégia de Geração de Empregos.

CAO\$

Economistas de todas as correntes prevêem que a crise que abalou as bolsas em todo o mundo freará o crescimento de praticamente todos os países e, alguns, como o economista canadense John Kenneth Galbraith, um dos responsáveis pelo reerguimento dos Estados Unidos após a crise de 1.929, acreditam que o mundo mergulhará numa recessão em 98.

No Brasil, a primeira consequência da queda mundial das bolsas foi a elevação dos juros para evitar que o capital especulativo fosse embora do

país. O liberal Roberto Campos, defensor do atual modelo econômico, afirmou que o Brasil dificilmente escapará de alguma recessão. "Na melhor das hipóteses, cresceremos 2% em 1.998". Para absorver a mão-de-obra que entra na economia, o Brasil precisaria crescer 6%.

Galbraith traduz o que significa na prática o aumento no juros e a recessão: "Aumentar os juros traz um efeito negativo sobre o emprego. O desemprego é um sofrimento grande para os desempregados, mas é uma

doz que é prontamente tolerada pelos que não têm que experimentá-la".

A queda nas bolsas em todo o mundo e a elevação dos juros no Brasil levarão o país a uma recessão. Esta é a previsão da maioria dos economistas. O resultado é a redução da atividade econômica e o desemprego, aumentando ainda mais o sofrimento dos brasileiros. Até a grande imprensa, acostumada a fazer elogios a FHC e a sua equipe econômica, começa a questionar o modelo econômico adotado no país, que elevou a concentração de renda.

Automóveis

Houve redução nas taxas de juros para a aquisição de carros novos, mas agora as montadoras cobram taxa de juros mais variação cambial. Se o dólar subir, o preço do carro sobe junto. É a forma que elas acharam para atrair os consumidores, que sempre apostam que o dólar ficará fixo.

Casa Própria

O saldo devedor e as prestações dos imóveis financiados vão ficar mais caras. A TR, indexador dos contratos de financiamento, reflete a média dos juros básicos da economia, que subiram.

CUIDADOS COM O DINHEIRO

O Governo dobrou as taxas de juros, provocando uma revolução nos juros cobrados por bancos, lojas e financeiras. As consequências...

Aluguel

É provável que a falta de dinheiro no mercado leve a uma pequena redução nos valores dos aluguéis. Em Campo Mourão, por exemplo, já há uma tendência neste sentido.

Crediário

A compra de eletrodomésticos e outros bens de consumo ficou mais difícil, a concessão de crédito ao consumidor está mais rigorosa, as prestações em menor número e a taxa de juros ficou mais cara.

Cartão de Crédito

Se, antes do pacote, as taxas de crédito rotativo já estavam altas, agora há cartões de crédito que cobram até 11,5% ao mês. Há nova taxa para compras efetuadas no exterior.

Cheque Especial

Quem usar o limite do cheque especial sentirá no bolso uma tungada de até 12,8% ao mês de juros. Se ultrapassar, além de toda as taxas, corre o risco de pagar mais de 16% ao mês sobre o valor do saldo devedor.

CDC

O crédito direto ao consumidor subiu certa de 3 pontos percentuais ao mês após o pacote. Dinheiro mais caro para o consumidor.

Pacote atinge classe média e emprego

"Quando a bolsa sobe, ninguém chama o trabalhador para dividir os lucros. Quando ela cai, todo mundo quer dividir com ele o prejuízo". A frase do presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, sintetiza de forma simples o que está acontecendo no Brasil: com o início da recessão, começa-se a falar em demissões, redução de salários e de outros direitos trabalhistas. "A década de 90 trouxe mudanças no emprego,

alta rotatividade, instabilidade, pouco dinamismo na geração de novas vagas, descontinuidade da trajetória profissional e a precarização das formas de contratação de mão-de-obra, levando milhões de brasileiros ao desemprego ou ao subemprego. A recessão será agravada", completa Vicentinho.

O Dieese/Sead calcula que só na Grande São Paulo haverá, nos próximos 3 meses, 320 mil novos desempregados. O nível de desemprego subirá dos atuais 16% para 20,5%, segundo os cálculos do próprio Dieese. Mesmo se utilizarmos os dados do IBGE, o índice passará de 6% para 10,5%, muito alto.

A crise nas bolsas mostrou a vulnerabilidade do plano econômico. O Governo a toque de caixa fez um pacote para arrecadar 20 bilhões de reais a mais em 98 para pagar a alta de juros. Aumentou impostos da classe média, cortou subsídios, quer demitir 33 mil trabalhadores. Para muitos especia-

listas em economia, essas medidas vão trazer sérias dificuldades às empresas, e muitos trabalhadores vão perder o emprego.

As empresas passarão por dificuldades e propõem a redução dos salários em até 25% em troca de não demitir. Ocorre que os

Com aumento nos impostos, diminuição da produção e restrição ao crédito, pacote arrocha classe média e coloca em risco o emprego de milhares de trabalhadores.

acordos não prevêm expressamente período de estabilidade para os trabalhadores, o que na prática significa que a empresa poderá reduzir o salário e demitir.

A Volkswagen foi a primeira a propor a fórmula. O Sindicato do ABCD consultou os trabalhadores e em uma assembleia na fábrica a proposta foi rejeitada. A Força Sindical, para demonstrar seu incondicional apoio à política econômica, assinará acordos reduzindo o salário, sem no entanto existir garantia em acordo de estabilidade no emprego.

PROPOSTAS

A Central Única dos Trabalhadores tem propostas alternativas para evitar as demissões e diminuir a crise. A CUT não aceita a redução salarial em troca de su-

posta garantia no emprego, mas propõe a retomada das câmaras setoriais para a discussão de saídas para a recessão.

"Enquanto funcionaram, as câmaras setoriais - formadas por

trabalhadores, patrões e Governo - garantiram a manutenção do nível de emprego, reajustes reais e grande produção", lembra Luis Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD. As câmaras foram criadas durante o Governo Collor, evitando mais de 13 mil demis-

sões do setor automotivo, e foram extintas no início do Governo Fernando Henrique.

A demissão de um metalúrgico de uma montadora de automóveis, significa, segundo cálculos do SindPeças, quatro demissões no setor de autopeças. "A demissão de 10 mil na Volks significará mais 40 mil de outros setores", alerta Daniel Passos, economista do Dieese.

O Governo se nega a participar de qualquer discussão sobre emprego, estando totalmente omissivo em relação a uma questão que atinge em cheio milhares de famílias brasileiras. Para o Ministro do Trabalho, Paulo Paiva, é natural que a Volks demita, pois a empresa é atrasada tecnologicamente e precisa enxugar seus quadros. Nem os patrões têm posição igual ao do ministro do "trabalho".

No Brasil, bom é ser estrangeiro

20% É quanto os brasileiros são taxados nas aplicações de renda fixa. Os estrangeiros, em 15%.

10% É quanto os brasileiros pagam de impostos sobre o lucros nas aplicações na bolsa de valores. Os estrangeiros nada pagam.

36,00 É o custo da taxa de embarque para os brasileiros viajarem ao exterior. Os estrangeiros pagam R\$ 18,00.

2% É quanto o brasileiro paga a mais nas compras no exterior. Os estrangeiros só pagam o valor da compra.

1.200 É quanto um carro importado paga a menos de IPI em relação a um produzido aqui. Talvez por isso a Volks ameça demitir 10 mil trabalhadores.

Fonte: Élio Gaspari

A CUT também tem alternativas para evitar demissões em outros setores da economia, que passam pelo estímulo a exportação, diminuição da taxa de juros para aquecer a economia e o financiamento de pequenas e médias empresas.

"Não podemos deixar que o problema pareça restrito a uma empresa ou a um setor industrial. Temos que mostrar para a sociedade que, se o governo não mexer nos juros, o desemprego vai se espalhar por outros setores da economia", lembra o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini.

POUCAS COISAS NO PARANÁ FORAM FEITAS SEM O APOIO DO BANESTADO

No dia 23/08, os funcionários do Banestado e o povo do Paraná foram surpreendidos por notícia publica nos principais jornais do Estado: o Governo Lerner estava propondo a privatização do Banestado, como moeda de troca nas negociações com o Banco Central, para rolagem da dívida pública do Paraná.

A reação foi imediata. Uma semana após a divulgação da notícia, foi constituído o Comitê de Defesa do Banestado, com a seguinte composição: FETEC, FEEB, Sindicatos, AFAB (Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado), AB (Associação Banestado), Associação dos Acionistas Minoritários, Zinara de Andrade (Representante dos Funcionários no Conselho de Administração), Ângelo Vanhoni (Deputado Estadual e Funcionário do Banestado), João Maria Antônio

(Representante dos Aposentados na FUNBEP) e diversos ex-diretores aposentados. O coordenador do Comitê é Milton Trein, Presidente da Associação Banestado.

O Comitê já realizou diversas atividades. A principal delas foi o lançamento da Campanha em Defesa do Banestado, na Assembleia Legislativa, em Curitiba, em 09/10. Na oportunidade todos os líderes dos partidos com representação na Assembleia se pronunciaram com a privatização do Banestado. Vale destacar a participação do Deputado Aníbal Khoury (PFL), que afirmou: "Enquanto for Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, o Banestado não será privatizado."

Outra atividade importante que o Comitê tem desenvolvido, com o apoio dos Sindicatos, é a obtenção de apoio dos Prefeitos e Câmaras Municipais. Os



seguintes municípios, da base territorial do PACTU, já aprovaram moções e requerimentos contra a privatização do Banestado: Boa Eperança, Campo Mourão, Douradina, Janiópolis, Maria Helena, Nova Olímpia, Paranavaí, Peabiru e Umuarama.

As manifestações já deram resultado. O Governo Estadual afirmou publicamente que a privatização do Banestado, por enquanto,

está descartada. No entanto, o Comitê de Defesa do Banestado permanece atento, pois os bancos privados nacionais e estrangeiros estão de olho nos bancos públicos. O Governo FHC, comprometido com os interesses desses bancos, através do Banco Central, tem pressionado os governos estaduais para que privatizem seus bancos. Enquanto FHC for Presidente, o Banestado estará sempre na marca do pênalti.

PACTU

RUMO AO SINDICATO REGIONAL



A unificação dos Sindicatos do PACTU, após meses de reuniões e debates, começa a tomar forma e ficar cada vez mais próxima da realidade.

Em reunião em Guarapuava, no dia 26/09, o Conselho Político da Unificação discutiu e definiu o projeto inicial para a fusão dos Sindicatos de Paranavaí, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava. O Conselho Político é o órgão criado pelos Sindicatos com a função de encaminhar o processo de unificação. A proposta é a seguinte:

- Criação do Sindicato Regional dos Trabalhadores no Sistema Financeiro do Oeste/Noroeste do Paraná, com sede

em Maringá, abrangendo, além dos Sindicatos do PACTU, a base territorial do SEEB Maringá, Cianorte e Goioerê;

- Sistema Diretivo com Direção Geral, com 1/50 bancários, e Direções Regionais, com 5 titulares e 5 suplentes;

- As decisões sobre a destinação do patrimônio dos atuais sindicatos somente poderão ser tomadas pelos atuais sócios de cada Sindicato;

- Implementação de uma boa estrutura de comunicação com os bancários e entre os dirigentes do Sindicato Regional;

Este projeto foi debatido nas reuniões do Sistema Diretivo dos Sindicatos, durante o mês de outubro, com grande

aceitação entre os dirigentes sindicais. No dia 06/11, o Conselho Político se reuniu novamente, desta vez em Toledo (foto à esquerda), para avaliar as reuniões nos Sistemas Diretivos e discutir os próximos passos rumo ao Sindicato Regional. O Conselho decidiu levar a discussão diretamente para os bancários, realizando reuniões nos meses de novembro, dezembro e janeiro, no maior número possível de locais de trabalho, para discutir a proposta de unificação.

VACARI - João Vacari Neto, Vice-Presidente da CUT, participou da última reunião do Conselho Político, em Toledo. Ao conhecer a proposta, o mesmo elogiou a ousadia dos bancários do PACTU e afirmou: "Os trabalhadores brasileiros precisam urgentemente criar estruturas mais fortes e eficientes para a defesa de seus direitos. Os Sindicatos de Bancários do PACTU são uma grande referência neste sentido."

SEMINÁRIO EM TOLEDO

O Sindicato dos Bancários de Toledo, em parceria com o Centro Acadêmico de Ciências Sociais e Jurídicas da Unioeste, Campus de Toledo, promoveu em novembro último, um seminário sobre Globalização Econômica, com o palestrante João Vacari Neto, tendo como palestrista, João Vacari Neto, bancário e Vice-presidente da CUT. Com

auditório lotado de acadêmicos e trabalhadores de várias categorias, Vacari expôs os pontos de vista da

CUT sobre a globalização econômica, reformas de FHC e a queda das bolsas de valores.



CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO



Os Sindicatos do PACTU, em parceria com a Secretaria de Relações do Trabalho do Paraná - SERT -, iniciaram os cursos de qualificação e requalificação profissional para bancários. Em Campo Mourão (foto) e Assis Chateaubriand teve início o curso de espanhol. Paranavaí está tendo informática. Em Guarapuava estão sendo ministrados 16 cursos, já em Umuarama acontecem os cursos de informática e espanhol, com perspectiva de começar na segunda quinzena de dezembro os cursos matemática financeira e técnicas de vendas. Para 98 todos os bancários dos Sindicatos do PACTU terão oportunidade de participar de cursos de qualificação e requalificação profissional.

Costelão



A famosa costela no chão é uma festa que já virou tradição para os bancários de Campo Mourão.

A última foi realizado no dia 08 de novembro. Além da costela, foram realizados torneios de tranca, de truco e de futebol suíço, com a presença de bancários de todos os sindicatos do PACTU.

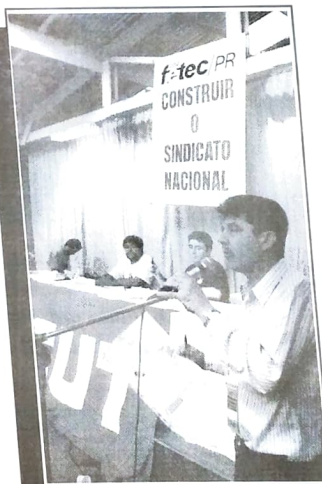
Participaram pelo menos 800 pessoas, entre bancários, familiares e amigos.

Ano que vem tem mais!

REAL FURADO



O Real Furado foi o campeão da IV Copa Cumbucão de Futebol Suíço do Sindicato dos Bancários de Umuarama e, ainda, teve o artilheiro da competição, Marcos Gerreiro (na foto, agachado, 2º da esquerda para a direita) com 15 gols. As equipes são formadas por sorteio entre os atletas, independente da habilidade dos jogadores. O resultado é um nível técnico semelhante entre as equipes.



"1% é uma sistemática mais justa".
Afirma Paulino, presidente do Sindicato dos Bancários de Umuarama.

Mensalidade Sindical

Os bancários de Umuarama aprovaram nova forma de contribuição da mensalidade sindical, passando agora a 1% do salário bruto, com teto máximo de 5% do piso da FENABAN (R\$ 21,94)

Antes, todos os sócios pagavam 2% do piso de escriturário de banco privado. A nova sistemática será implementada a partir de janeiro/98.

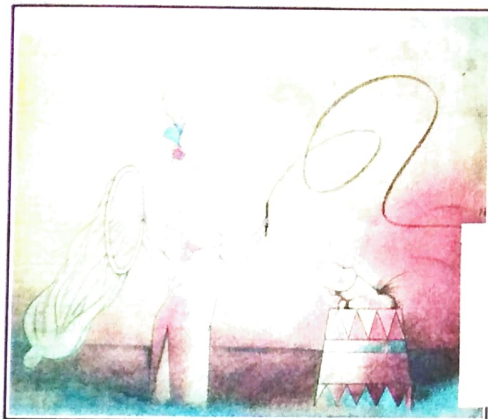
Campo Mourão promove festa à crianças

Há 4 anos, a Associação dos Bancários de Campo Mourão, no dia da criança, patrocina um dia de lazer às crianças do jardim Santa Lúcia. Na última festa, aproximadamente 1.000 crianças se divertiram com banhos de piscina, jogos de futebol, pintura, bambolê e perna-de-pau. Entre uma brincadeira e outra, a garotada pôde se alimentar com lanches, refrigerantes, sorvetes e algodão-doce. Tudo começou com iniciativa da Secretaria Social do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão, que atualmente é coordenada pela diretora Nivalda Sguissardi Roy.

A atividade contou com a participação do SESC e de empresas da cidade, como a Sementes Mourão, que patrocinou o som para animação da criançada.



AIDS



Cartum vencedor da Bienal Internacional de Humor de São Paulo, do iraniano Kambiz, sobre o tema Aids

30,6 milhões de pessoas estão vivendo hoje com HIV ou Aids.

40 milhões estarão doentes ou infectados no ano 2000

5,8 milhões de pessoas foram ou serão infectadas em 1997.

16 mil pessoas são infectadas a cada dia

11,7 milhões de pessoas já morreram vítimas da doença.

2,3 milhões pessoas morreram ou morrerão apenas este ano.

460 mil crianças estão entre os mortos da Aids este ano

8,2 milhões é o total de crianças (soronegativos) órfãos da Aids

16,5 milhões é o total de órfãos estimados para o ano 2000



Cena da peça Cantata prá Alagamar, apresentada pelo Teatro Estudantil de Paranavaí

Bancários e clientes recebem orientação sobre AIDS em Campo Mourão, no dia mundial de combate à doença - 1º de dezembro.

Cantata prá Alagamar



O mundo passa por uma crise de petróleo na década de 70 e o Brasil, na busca de alternativas energéticas, implementa o Pró-Álcool. Camponeses da Paraíba, distantes dos

problemas mundiais, moradores nas fazendas da região, sofrem com a ganância desmesurada dos usineiros paraibanos em busca do dinheiro do Pró-Álcool e do Pró-Terra, num tempo marcado pelo autoritarismo e opressão.

A história é retratada pelo TEP - Teatro Estudantil de Paranavaí, em uma peça teatral apresentada no concurso

nacional de Artes Cênicas deste ano, promovido pelo Ministério da Cultura e Caixa Econômica Federal. A peça foi uma das 19 escolhidas entre 1.400 que concorreram para participar do concurso.

A peça, de Waldemar José Solha, musicada por José Alberto Kaplan, adaptada pelo diretor de teatro e músico paranavaense, Paulo César de Oliveira, marca uma característica do grupo, de montar espetáculos populares ou de cunho social, aliando a arte às causas humanistas. Nessa montagem estão envolvidos mais de vinte pessoas, entre atores e músicos.

O sucesso da peça pode ser retratado pelo comentário de D. Hélder Câmara, após assisti-la: "os camponeses mostrados pelo TEP não estão, de modo algum, acovardados e sem ação. Aprendem, sempre mais, que a força do povo é a união, não para pisar nos direitos dos outros, mas para não deixar que ninguém pise em seus direitos".

Mais um ano de lutas se passou! Mais um ano de lutas se aproxima! Que no próximo ano, nós sejamos capazes de nos angustiar profundamente diante de qualquer injustiça praticada, contra qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo.

Feliz Lutas 98!

